

Meta é duplicar gastos com saúde

Yone Simidzu

Da equipe do **Correio**

São Paulo — Até o final do seu governo, se for eleito, o candidato à Presidência da República pela União do Povo Muda Brasil (PT-PDT-PSB-PCdoB-PCB), Luís Inácio Lula da Silva, estará gastando R\$ 250 anuais por habitante em programas de saúde. O valor é praticamente o dobro do que se gasta hoje com saúde pública no país. Lula só não sabe exatamente de onde virá o dinheiro para cumprir seu programa. A proposta da frente para arranjar mais recursos é ampla e vai desde o combate à sonegação até uma reforma tributária. O destino da CPMF, o imposto sobre o cheque, ainda não está decidido.

“O governo mesmo mostrou que não precisa da CPMF porque não aplicou nada na saúde”, acusou Lula, após o lançamento de seu programa de governo para a saúde no Centro de Convenções Rebouças, na Faculdade de Medicina da Uni-

versidade de São Paulo (FMUSP). Segundo o candidato, o dinheiro para pôr seu programa em prática virá do combate à sonegação fiscal e às fraudes e uma reforma tributária. “É a política que determina o econômico”, falou, acrescentando que era possível fazer uma revolução na área de saúde.

O lançamento contou com a participação da nata de pesquisadores médicos da área de saúde. Catedráticos como o professor Vicente Amato Neto, Elisaldo Carlini e José Aristodemo Pinotti (candidato a vice-governador na chapa de Francisco Rossi, do PDT) foram algumas das estrelas da área médica que participaram do ato.

O programa traz 13 medidas que Lula pretende implantar em seu governo caso vença as eleições em outubro. Algumas delas não são novidade. É o caso da descentralização dos serviços de saúde, o que já está sendo feito em algumas cidades através do Sistema Único de Saúde (SUS). A promessa de Lula é colocar

em funcionamento os princípios do SUS, como manda a Constituição Federal, garantindo a autonomia dos estados e municípios na aplicação dos recursos e o fortalecimento dos conselhos de saúde.

Outra medida, o Programa Saúde em Casa, é semelhante ao adotado pelo governador Cristovam Buarque (PT). Por ele, o brasileiro terá atendimento médico em casa, custeado pelo governo, principalmente nas regiões onde não existem serviços de saúde próximos. Esse programa será aplicado em parceria entre as prefeituras e os conselhos municipais de saúde, dando prioridade ao trabalho preventivo dos agentes comunitários.

VIGILÂNCIA

A Vigilância Sanitária também terá papel importante dentro do governo da frente de esquerda. Lula criticou o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) com relação à política de medicamentos. Bem humorado, ironizou

que o ministro da Saúde, José Serra, ao caçar as quadrilhas de remédios falsificados está fazendo o que o senador Romeu Tuma fez através do boi gordo no pasto com helicóptero nos tempos do Plano Cruzado. “Como é que se coloca um ministro atrás de laboratórios se o governo acabou com a vigilância sanitária?”, perguntou.

O professor José Aristodemo Pinotti, da FMUSP, criticou também a atitude do governo Fernando Henrique com relação à vigilância de medicamentos. “Esse governo primeiro destrói a Vigilância Sanitária e depois assume a figura de detetive”, comentou.

A proposta da frente de oposição é estimular a pesquisa e a produção de remédios pelos laboratórios do governo, como a FURP, reativar a Central de Medicamentos (Ceme) e obrigar as empresas farmacêuticas a cumprirem a lei dos genéricos, que as obriga a utilizar os nomes das substâncias contidas nos medicamentos, em vez de nomes fantasia.